



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária no
2º Juizado Especial Federal
Subseção de Volta Redonda**

23 a 27/10/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	7
4. GESTÃO DA SECRETARIA	8
5. GESTÃO DE METAS.....	9
5.1. Metas internas	9
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	Erro! Indicador não definido.
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	9
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	10
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação).....	11
5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)	12
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	13
6.1. Produção e classificação de sentenças	13
6.2. Acervo concluso	14
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	14
6.4. Audiências	15
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	16
7.1. Acervo da unidade	16
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	17
7.2.1. Acervo total.....	17
7.2.2. Acervo ativo.....	18
7.2.3. Acervo suspenso.....	18
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	19
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	19
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	19
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	19
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	20
9.1. Balcão de entrada	20
9.2. Processos em segredo de justiça	20



9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 21	
9.4. Publicação de atos judiciais.....	22
9.5. Registro de início do cumprimento do julgado	22
9.6. Documentos pendentes de juntada.....	23
9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial	24
9.8. Remessa externa	24
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	25
11. PROCESSOS SUSPENSOS.....	26
12. RPVs e PRECATÓRIOS	28
13. BENS PENHORADOS	29
14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	30
15. LIVROS E PASTAS	31
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	33
17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	34
18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	35
19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	36
20. ENCERRAMENTO	37



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 2ª Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Volta Redenda no Rio de Janeiro – RJ (02JEF-VR), de 23 a 27/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal MARIZA DO NASCIMENTO SILVA PIMENTA BUENO, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 3.458 processos eletrônicos e 25 físicos em trâmite, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 2º Juizado Especial Federal de Volta Redonda - Subseção Judiciária de Volta Redonda (02JEF-VR)

Data de instalação: 01/04/2005

Endereço: Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38 – 1º andar (apoio ao gabinete – 2º andar), Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de Janeiro

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 130 Km

Juíza Titular: Dr^a Mariza do Nascimento Silva Pimenta-Bueno, desde 07/01/2015.

Juiz Federal Substituto: Vago

Diretor de Secretaria: Dr. Jose Amadeu de Bem Menezes Filho

Competências: 1) Cível
2) Previdenciário

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Março/16	2	10	1	0	13	13
Out/17	2	7	0	1	10	13

O diretor informou que nos últimos anos, houve três permutas, todas realizadas em benefício dos servidores envolvidos. Uma servidora, de licença médica por muitos meses, foi colocada à disposição, e outra foi removida para assumir a diretoria de outro juízo.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor JOSÉ AMADEU DE BEM MENEZES FILHO nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelas Supervisoras ELIZABETH RODRIGUES DE OLIVEIRA TARANTO e ALINE MACIEL DE ALVARENGA, e pelo Oficial de Gabinete ANDRÉ GUSTAVO DE MELO SILVERIO, todos bacharéis no Curso de Direito, e com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 62,5% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 19 a 23/6/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: manter prazos e juntadas sob controle; não acumular RPVs, SPHs, Ofícios, Mandados e outros expedientes; manter as publicações num fluxo constante; e não deixar acumular a execução.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se aos Juizados Especiais Federais as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor afirmou que a unidade não atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão do volume de processos. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 2.513 processos em 2016 e julgou 1.140, cumprindo 45% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda-RJ	1.140	2.513	1	45%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Sugere-se incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Identificar e julgar processos mais antigos³: 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos distribuídos até 31/12/2013”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 100% dos 1.998 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - Juizados e Turmas Recursais	SJRJ	02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
SJRJ	85.991	83.920	1.807	85.727	264	100%
SJES	25.522	25.026	441	25.467	55	100%
Total - 2ª Região	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
02º Juizado Especial Federal de Volta	1.998	1.981	11	1.992	6	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

³ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 99% dos 3.482 processos-alvo distribuídos até 31/12/2013).

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
SJRJ	110.703	107.220	2.950	110.170	533	100%
SJES	27.839	26.851	825	27.676	163	99%
Total - 2ª Região	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
02º Juizado Especial Federal de Volta	3.482	3.411	47	3.458	24	99%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00035440820134025154	Previdenciário	Aposentadoria especial	sim	Procedimento Execução sentença	31/10/17
00017530420134025154	Previdenciário	Reajuste de bbenefício	sim	Devolução de remessa	26/10/17
00004253920134025154	Cível	Indenização por danos morais	sim	Baixa findo	08/02/17
00001028720134025104	Cível	Pensão militar	sim	Cl. p/ sentença	21/09/17
00016147520114025169	Previdenciário	Revisão de benefício	sim	Devolução de remessa	20/10/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correccionada.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior” ⁴

⁴ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).



O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o não alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 166

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 149

Sugere-se incluir a meta nº 3 CNJ/2016 (conciliação) entre os objetivos perseguidos mensalmente

5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵

Cumpridos 126% da meta nº 5 CNJ/2016.

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	398	690	890	21	4	215	126%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 2.469 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 206 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	1.687
B1	Homologatória de acordo	243
B2	Repetitiva (padronizada)	224
C	Sem resolução do mérito	315
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/10/2017.

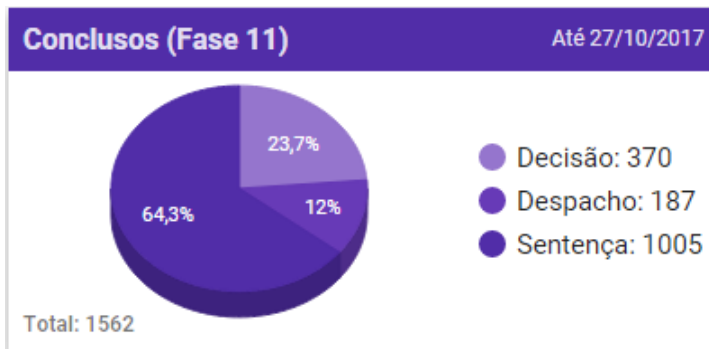
A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0015080- 11.2016.4.02.5154	0079161- 66.2016.4.02.5154	0102217- 31.2016.4.02.5154	0056802- 25.2016.4.02.5154
0013243- 18.2016.4.02.5154	0068314- 39.2015.4.02.5154	0051329- 58.2016.4.02.5154	0051276- 77.2016.4.02.5154
0013655- 80.2015.4.02.5154	0069414- 92.2016.4.02.5154	0060818- 22.2016.4.02.5154	0052413- 94.2016.4.02.5154
0013742- 36.2015.4.02.5154	0069601- 03.2016.4.02.5154	0079492- 82.2015.4.02.5154	0053907- 47.2016.4.02.5104
0014014- 30.2015.4.02.5154	0069765- 65.2016.4.02.5154	0083653- 04.2016.4.02.5154	0055081- 38.2016.4.02.5154

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017

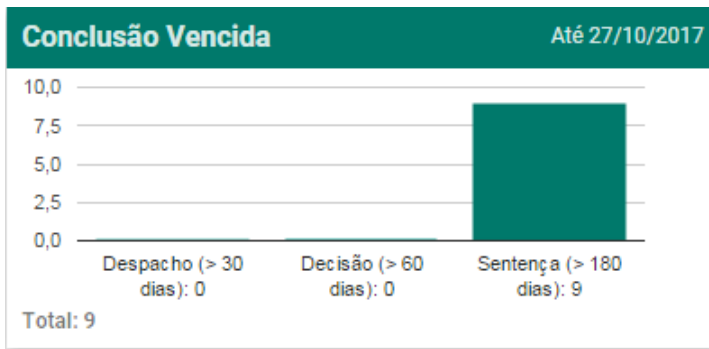


6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 27/10/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 27/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 27/10/2017), indica haver 9 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos a saber:

Conclusos para sentença

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0079890-29.2015.4.02.5154	Previdenciário	Pensão por morte	291	09/03/17	231



0130230-40.2016.4.02.5154	Previdenciário	Benefício Assistencial	77	22/03/17	219
0051148-13.2016.4.02.5104	Previdenciário	Aposentadoria por idade	113	23/03/17	217
0156654-22.2016.4.02.5154	Previdenciário	Reajuste de benefício	626	05/04/17	204
0168974-07.2016.4.02.5154	Previdenciário	Benefício Assistencial	60	07/04/17	202
0169014-42.2016.4.02.5104	Previdenciário	Aposentadoria Especial	255	18/04/17	192
0024798-32.2016.4.02.5154	Previdenciário	Pensão por morte	105	19/04/17	190
0115426-67.2016.4.02.5154	Previdenciário	Auxílio Doença	83	20/04/17	189
0166496-26.2016.4.02.5154	Previdenciário	Benefício Assistencial	101	20/04/17	189

Sugere-se priorizar a prolação de sentença nos 09 processos conclusos além do prazo de 180 dias (art. 227, III. CNCR).

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas aproximadamente 302 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

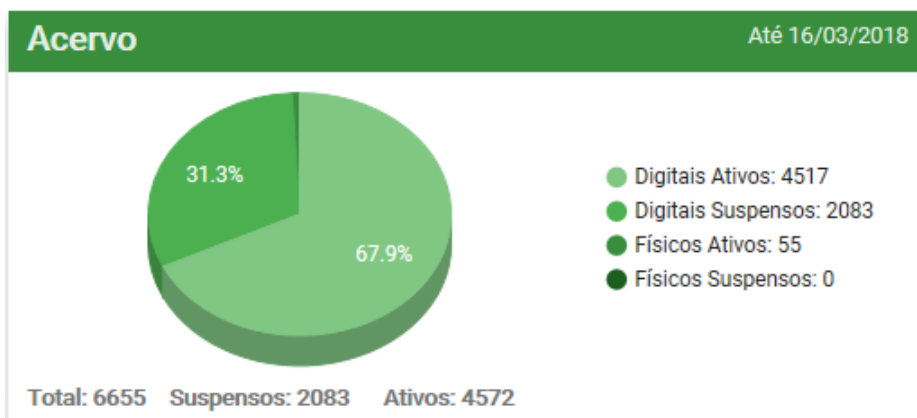
7.1. Acervo da unidade

Mês : Setembro ▾ Vara : 02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda ▾

Tipo de Processo ▾

Medidas ▾			Eletrônico	Físico	Total			
Ano ▾	Situacao Processo ▾	Processos	Trâmite	2772	24	2796		
			2013	Suspensão	36	1	37	
				Recurso Turma Recurs	1370	16	1386	
			2014	Trâmite	1862	14	1876	
				Suspensão	1469	2	1471	
				Recurso Turma Recurs	1257	14	1271	
			2015	Trâmite	2544	14	2558	
				Suspensão	1803	1	1804	
				Recurso Turma Recurs	935	13	948	
			2016	Trâmite	2943	10	2953	
				Suspensão	1897	1	1898	
				Recurso Turma Recurs	866	14	880	
			2017	Trâmite	3458	25	3483	
				Suspensão	2023		2023	
				Recurso Turma Recurs	889	13	902	
			Total			26124	162	26286

Fonte: PORTAL, acesso em 16/3/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 16/3/2017



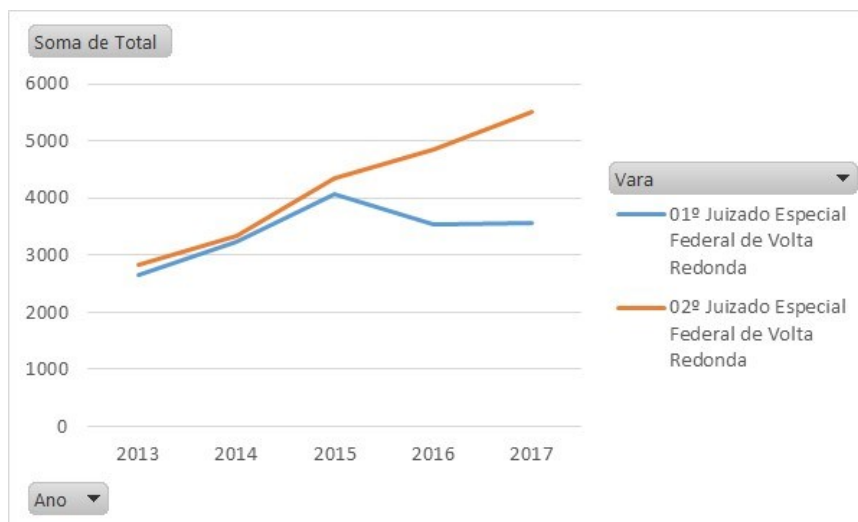
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Correição Ago/2014*	Correição Mar/2016*	Correição Out/2017
Total	4.723	5.288	6.408
Suspensos	1.289	1.826	2.023
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	1.355	1.059	902
Tramitação ajustada	2.079	2.403	3.483

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

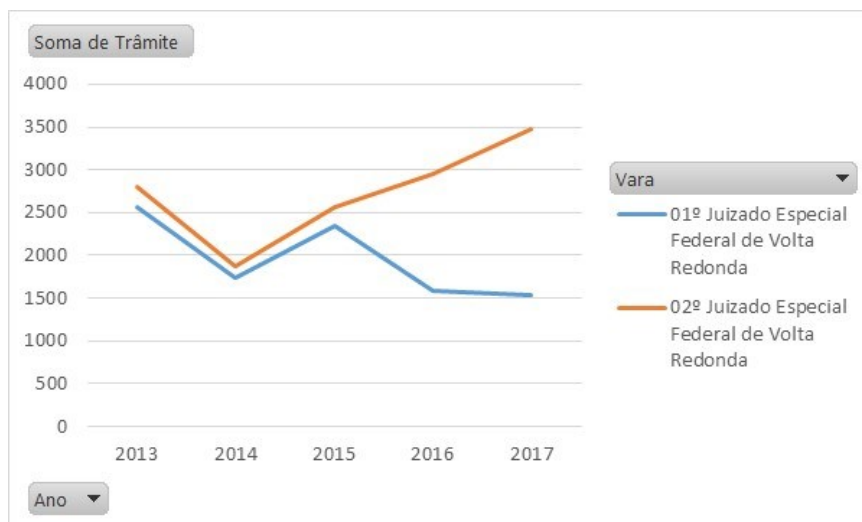
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 16/3/2018

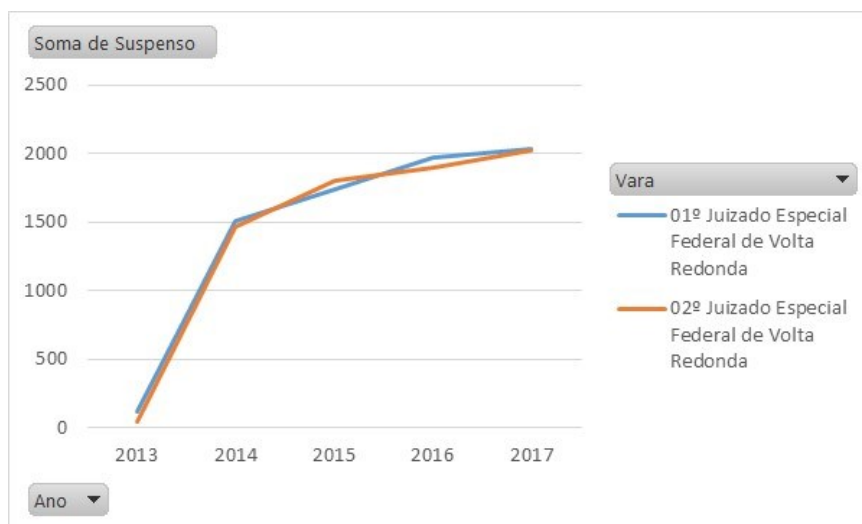


7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 16/3/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 16/3/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São priorizados os processos com idosos, incapaz, e tutelas de saúde. As medidas urgentes são comunicadas rapidamente, via *skype*, às pessoas envolvidas na tramitação célere do feito, inclusive a juíza. Os motivos são padronizados para facilitar a tramitação do feito (data, ato, assunto, e especificidades do caso).

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

As demandas de responsabilidade civil são processadas no apoio ao gabinete, e as demais na secretaria. Os processantes abrem a conclusão para sentença, e encaminham os autos para o apoio a gabinete. Havendo dúvida sobre a conclusão para sentença, os autos são encaminhados para um escaninho de triagem, e a equipe do gabinete abrirá, ou não, a conclusão. As conversões em diligência não são comuns.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Quando o processo volta da Turma Recursal, sem nada a ser executado, é feita a baixa. Esses processos são conferidos quase todos os dias pelo diretor. Havendo execução, cadastra-se a fase 18, e o feito segue a marcha processual. Além disso, o diretor sempre confere no portal de estatísticas a pendência do lançamento da fase 18. Quando há trânsito em julgado no próprio JEF, a secretaria certifica (movimento 16, APOLO), e cadastra a fase 18.

Sugere-se realizar o movimento 73, APOLO, quando for certificado o trânsito em julgado.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0074200-19.2015.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.965453-9	Novo Documento Cadastrado		21/10/2017 10:48	PETWEB		
0134018-28.2017.4.02.5154		51002 Remessa Interna para Informação de falta de elementos	NRGRLEPR	23/10/2017 11:39	JRVFT		02º Juizado Espec
0181196-85.2017.4.02.5104		51002 REDISTRIBUIÇÃO NÃO PERMITIDA- PENDENTE DE PUBLICAÇÃO	NRGRLEPR	23/10/2017 11:42	JRJRKO		02º Juizado Espec
0192197-52.2017.4.02.5154		51002 REDISTRIBUIÇÃO NÃO PERMITIDA- PENDENTE DE PUBLICAÇÃO	NRGRLEPR	23/10/2017 11:42	JRJRKO		02º Juizado Espec
0192406-21.2017.4.02.5154		51002 Redistribuição	NRGRLEPR	23/10/2017 14:11	JRJRKO		02º Juizado Espec
0126691-32.2017.4.02.5154 - Local 5402	2017.3020.172872-3	Novo Documento Cadastrado - Contratações		23/10/2017 15:03	WEBSESV		
0095221-26.2016.4.02.5104 - Local 5402	2017.3020.172876-6	Novo Documento Cadastrado - Contratações		23/10/2017 15:03	WEBSESV		
00003836-90.2013.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969189-2	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 15:05	PETWEB		
0097758-49.2017.4.02.5154 - Local 5402	2017.3020.172897-8	Novo Documento Cadastrado		23/10/2017 15:10	WEBSESV		
0107861-52.2016.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969430-1	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 15:26	PETWEB		
0184313-48.2017.4.02.5154 - Local 5402	MAN 5402.000949-6/2017	DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 15:35	JRJMYY		
0122136-40.2015.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969710-6	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 15:47	PETWEB		
0500129-18.2017.4.02.5154 - Local 5402	MAN 5402.000783-8/2017	DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 15:54	JRJMYY		
0026028-12.2016.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969809-9	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 15:55	PETWEB		
0119887-62.2016.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969845-5	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 15:59	PETWEB		
0197457-42.2017.4.02.5154 - Local 5402	2017.3000.969856-0	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela internet		23/10/2017 16:00	PETWEB		
0118190-26.2016.4.02.5154		51002 Remessa Interna para Prestação de esclarecimentos ao	NRGRLEPR	23/10/2017 16:08	JRVJRO		02º Juizado Espec

No dia 24/10/2017, às 12:08 horas, existiam 58 processos aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
21/10/17	0002862-87.2012.4.02.5154	51001	Indenização - servidor público civil
23/10/17	0118190-26.2016.4.02.5154	51002	Revisão de benefício - direito previdenciário
21/10/17	0074200-19.2015.4.02.5154	51001	Dano moral e/ou material - cartão de crédito
21/10/17	0003836-90.2013.4.02.5154	51002	Averbação - aposentadoria - Ministério Público
21/10/17	0107861-52.2016.4.02.5154	51002	Aposentadoria por invalidez

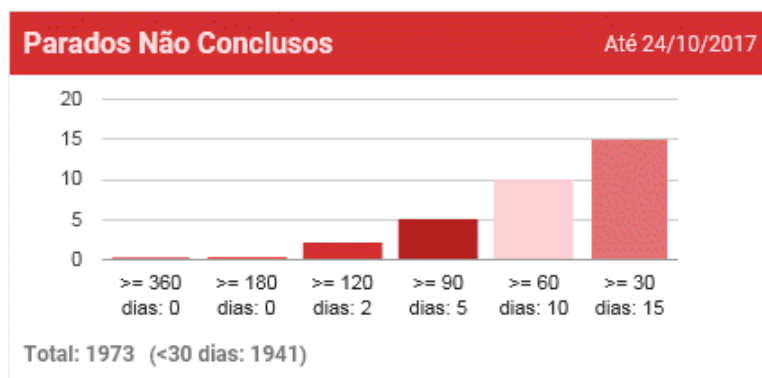
9.2. Processos em segredo de justiça



Posição em	05/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: PORTAL, acesso em 5/10/2017

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 24/10/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 32 processos, equivalentes a 0,9% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0166980-41.2016.4.02.5154	Juizado/cível	não	Juntada.	113	03/07/17
0016463-77.2016.4.02.5104	Juizado / cível	não	Intimação de decisão.	97	19/07/17
015639-31.2017.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Juntada.	97	19/07/17
0182258-	Juizado / cível	não	Intimação de decisão.	92	24/07/17



82.2016.4.02.5154					
0130802-30.2015.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Conclusão para sentença.	92	24/07/17
0111680-16.2017.4.02.5104	Juizado / previdenciária	não	Juntada.	89	27/07/17
0089322-38.2016.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Intimação de decisão.	89	27/07/17
0119865-24.2016.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Juntada.	77	08/08/17
0114203-45.2017.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Juntada.	71	14/08/17
0500321-19.2015.4.02.5154	Juizado / previdenciária	não	Juntada.	69	16/08/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2016 a 09/2017
	Processos	8.772
	Boletins	242
	Média (Proc. / Bol.)	36,25
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,86

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da

instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

TRF2
Fls 112

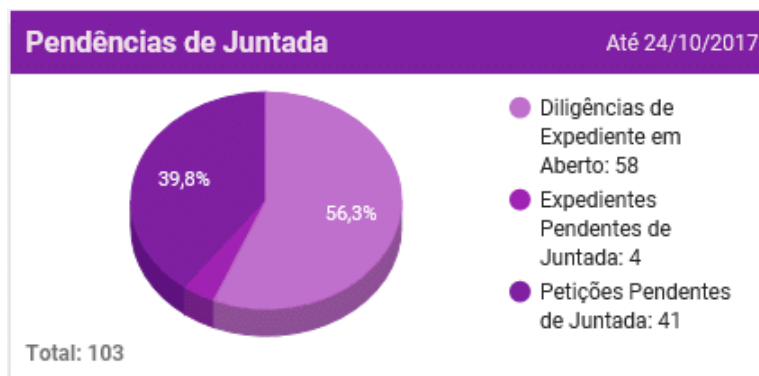
Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 21 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017		Mês : Setembro		02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda		Total
Vara		Execução de Sentença - Fase 18		Informada	Não Informada	
Medidas				Sim	Sim	
Situacao Processo						
Processos	Trâmite			184	20	204
	Suspensão			1		1
	Recurso Turma Recurs			2	1	3
	Total			187	21	208

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

Sugere-se estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18).

9.6. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 24/10/2017

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Inspeccionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

TRF2
Fls 113

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda a juntar	Local do processo
---	2016.5402.000205-9	0006357-86.2005.4.02.5154	Sem descrição	529	Arquivo geral
13/05/17	2016.5402.000208-3	0004971-89.2003.4.02.5154	Sem descrição	529	Arquivo geral
13/05/17	2017.5402.000096-9	0000875-31.2003.4.02.5154	Sem descrição	148	Arquivo geral
21/10/17	2017.3000.965453-9	0074200-19.2015.4.02.5154	Sem descrição	03	2º JEF-VR

Sugere-se desarquivar os autos para juntar as petições pendentes e regularizar os processos que se encontram no JEF com petições pendentes de juntada.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Ano : 2017 | Mês : setembro | Vara : 02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda | Situação Processo : Trâmite | Conclusos : não concluso

Data Último Movimento

		2017	
		Julho	Total
Medidas	Último Movimento		
	Complemento Fase		
Processos	Intimação	Ato Ordinatório	2 2
		Decisão	2 2
		Despacho	2 2
	Total		6 6

Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 6 processos sem movimentação pela Secretaria.

Sugere-se identificar e movimentar os processos que aguardam movimentação pela Secretaria DO Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.8. Remessa externa

Não Constam processos físicos ou eletrônicos com prazos de remessa externa vencidos:



Ano : 2017 ▼ Mês : setembro ▼ Vara : 02º Juizado Especial Federal de Volta Redonda ▼ Localização Atual : Externo ▼

Medidas ▼ Data Último Movimento ▼

Tipo de Processo ▼	<Drop columns here >
Situacao Processo ▼	<Drop rows here >
Último Movimento ▼	
Complemento Fase ▼	

10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, na estatística extraída do APOLO, não há processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
SECRETARIA (PROCESSOS SUSPENSOS)	801
SECRETARIA – PROCESSOS SUSPENSOS – TR CORREÇ FGTS COM CITAÇÃO	249
SECRETARIA – PROCESSOS SUSPENSOS – TR CORREÇ FGTS SEM CITAÇÃO	935
PROCESSOS SUSPENSOS – outros casos não FGTS/TR	29

Nos casos de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, é realizada a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO. O controle do julgamento dos processos paradigmas é feito pelo Diretor, com o auxílio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0000013-74.2014.4.02.5154	REsp 1.614.874	Processo suspenso a partir de 14/03/14, em decorrência do paradigma.
0000162-70.2014.4.02.5154	REsp 1.614.874	Processo suspenso a partir de 14/03/14, em decorrência do paradigma.
0000169-62.2014.4.02.5154	REsp 1.614.874	Processo suspenso a partir de 14/03/14, em decorrência do paradigma.
0000184-31.2014.4.02.5154	REsp 1.614.874	Processo suspenso a partir de 14/03/14, em decorrência do paradigma.
0000185-16.2014.4.02.5154	REsp 1.614.874	Processo suspenso a partir de 14/03/14, em decorrência do paradigma.



Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0138965-96.2015.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	25/11/15	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.683-PE.
00560842820164025154	Aguarda decisão de Instância Superior	09/08/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.683-PE.
0060351-43.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	09/08/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.683-PE.
0079059-44.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	15/08/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.683-PE.
0109112-08.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	25/08/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.683-PE.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugere-se uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetivos ou Repercussão Geral.



12. RPVs E PRECATÓRIOS

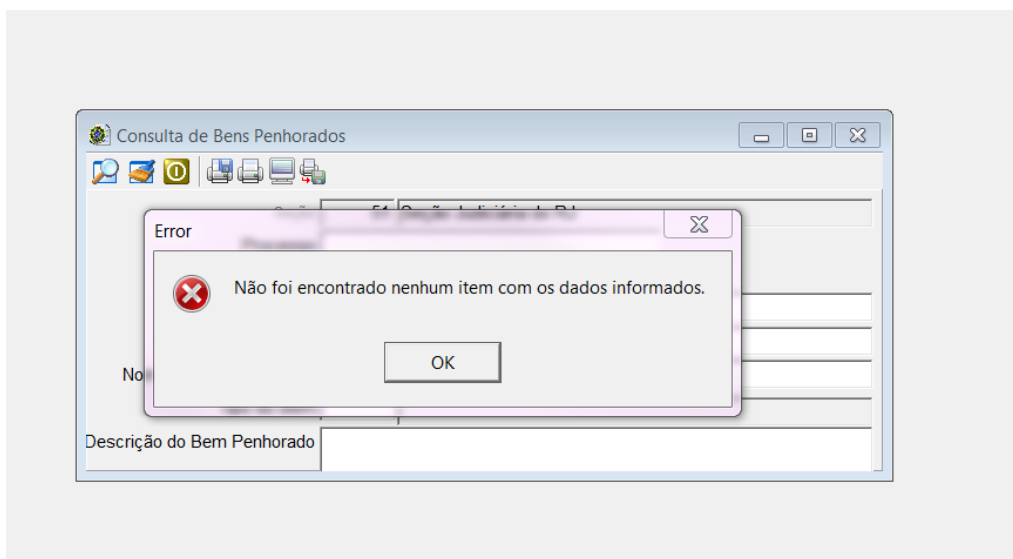
A unidade correccionada enviou 56 precatórios e 1.145 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 02 precatórios e 65 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0103555-74.2015.4.02.5154	RPV	10/10/16	---	Devolução de remessa, em 24/10/17, após vista do INSS.
0003892-21.2016.4.02.5154	RPV	31/03/17	---	Despacho, de 19/10/17, que determinou a remessa dos autos à Contadoria.
0004849-95.2011.4.02.5154	RPV	12/05/17	---	Remessa dos autos ao INSS, em 23/10/17, por motivo de manifestação.
0141748-61.2015.4.02.5154	RPV	03/05/17	---	Último movimento: Procedimento de Execução de Sentença, em 10/10/17.
0019208-64.2015.4.02.5104	RPV	30/06/17	---	Devolução de remessa, em 24/10/17, após vista do INSS.

13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 03/10/2017, não encontrou nenhum item com dados pertinente à penhora de feito em curso no 2º JEF de Volta Redonda.





14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Os processos abaixo em que há bens acautelados versam sobre pedido de indenização em face da Caixa Econômica Federal, tendo em vista cobrança indevida, e o INSS em que se postula benefício previdenciário. Assim, passo analisar:

00245466320154025154

Data acautelamento: 09/12/2016

Objeto acautelado: Declaração de averbação de tempo de contribuição enviado à SJRJ pelo INSS

Baixa: 26/01/2017

05001768920174025154

Data acautelamento: 08/05/2017

Objeto acautelado: RECEBIDO DE ELAINE PINTO DE ALMEIDA 1 (UMA) MÍDIA/DVD, CONTENDO ÁUDIO DE GRAVAÇÕES, JUNTAMENTE COM UM ENVELOPE LACRADO, CONTENDO UM CARTÃO DE CRÉDITO.

05002395120164025154

Data acautelamento: 08/06/2017

Objeto acautelado: Ressonância Magnética coluna Loimbar, em envelope grande da clínica IRM Ressonância Magnética. Contém 7 chapás e um envelope com laudo médica. Também há outro envelope menor, Da Clínica radiológica Sao Joao Batista, contendo 2 chapas grandes de RX da mesma região.



15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 4 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

	Abertura	Finalidade na capa	Número de ordem de lombada	Folhas numeradas e rubricadas
Livro de ponto dos servidores	Sim	Sim	Número de ordem na capa	Folhas não rubricadas
Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo	Sim	Sim	Sim	Folhas não rubricadas
Livro de carga ao Ministério Público	Sim	Finalidade na lombada	Não	Não
Livro de Reclamações	Sim	Sim	Sim	Não

Obs¹: Art. 149. Garantidas a autenticidade, a segurança e a inalterabilidade, adotam-se as seguintes pastas eletrônicas obrigatórias, cujos dados e documentos serão gerenciados pelo sistema de acompanhamento processual: I – pasta de mandados; II – pasta de ofícios; III – pasta de alvarás; IV – pasta de relatórios de inspeções; V – pasta de atas de audiências; VI – pasta de mandados de prisão; VII – pasta de sentenças.

Obs²: Extinto livro de rol de culpados: Provimento 00010/CR-TRF2, de 16.09.201

Sugere-se regularizar os livros obrigatórios, com a finalidade na capa e rubrica em todas as folhas.



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no **02JEF-VR – 23 a 27/10/2017**

TRF2
Fls 121



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

O 2º Juizado Especial Federal de Volta Redonda está localizado na Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38 – 1º andar (apoio ao gabinete – 2º andar), Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é adequada e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido, em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras são apropriadas. Existe uma pequena copa na secretaria e, uma grande copa da Subseção Judiciária para refeições, no 2º andar do prédio.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juízes e da Secretaria refrigeram satisfatoriamente o ambiente.

Foi informado à equipe de correição que, apesar de estarem na garantia, os computadores costumam dar problemas, sendo que duas máquinas estão paradas. A reclamação sobre a falta de *mouses* que funcionem é recorrente em todos os juízos da subseção. A velocidade da conexão de dados aferida foi de 16.11Mb/seg (navegando) à taxa de transferência de 2.01MB/Seg.

O diretor consignou que faltam ações de treinamento avançado do sistema APOLO e do PORTAL DE ESTATÍSTICAS.

Sugere-se instar a Direção do Foro a providenciar (i) um serviço de informática que atenda as necessidades da Subseção Judiciária, notadamente, no que diz respeito aos periféricos; e (ii) ações de treinamento avançado das ferramentas do sistema.



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

As recomendações feitas na correição anterior, foram cumpridas, conforme Ofício N° JFRJ-OFI-2016/05718:

1. *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório:* o Juízo informou a adoção de ações para priorizar os processos incluídos nas Metas do CNJ, apresentando a situação da movimentação atualizada dos processos analisados no relatório da Correição 2015;
2. *Dar o devido andamento aos processos conclusos com prazo vencido:* a Secretaria monitora os prazos de conclusão para despachos, decisões e sentenças vencidos e a vencer, disponibilizando as informações no Drive K para acesso dos servidores, a qualquer tempo. Os processos listados no Relatório de Correição foram movimentados;
3. *Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente:* O Juízo esclareceu que, nesse ponto, não há medida corretiva a ser tomada, tendo em vista que suspensão dos processos com base no REsp 1.381.683 visa garantir a homogeneidade do julgamento sobre o mérito do que julgar vários recursos idênticos em andamento. Assim, o motivo da suspensão (aguardando decisão de instância superior) foi corretamente cadastrado;
4. *Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo) quando do registro do movimento de conclusão:* os servidores, em especial do Gabinete, foram orientados a observar o preenchimento dos dados relativos à classificação das sentenças com mais rigor;
5. *Observar a correta classificação das próximas sentenças a serem proferidas de fundamentação individualizada, conforme indicado no respectivo item deste relatório:* os servidores, em especial do Gabinete, foram orientados a redobrar sua atenção ao promover a classificação das sentenças, mormente as de fundamentação individualizada;
6. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 282 processos com tal fase não informada:* o Juízo informou que está trabalhando individualmente em cada um dos 282 processos em que, segundo o relatório, tal fase não foi informada.



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho;
2. incluir a meta nº 3 CNJ/2016 (conciliação) entre os objetivos perseguidos mensalmente;
3. priorizar a prolação de sentença nos 09 processos conclusos além do prazo de 180 dias (art. 227, III. CNCR).
4. realizar o movimento 73, APOLO, quando for certificado o trânsito em julgado;
5. identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228);
6. estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18);
7. desarquivar os autos para juntar as petições pendentes e regularizar os processos que se encontram no JEF com petições pendentes de juntada;
8. identificar e movimentar os processos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 228).
9. uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetivos ou Repercussão Geral;
10. regularizar os livros obrigatórios, com a finalidade na capa e rubrica em todas as folhas;
11. instar a Direção do Foro a providenciar (i) um serviço de informática que atenda as necessidades da Subseção Judiciária, notadamente, no que diz respeito aos periféricos; e (ii) ações de treinamento avançado das ferramentas do sistema.



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional RENAN GIUSTI BARBOSA, JOSE VICENTE BENEVENUTI, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, ANDRE LUIZ SANTOS AMARAL e FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário